

5 razões para preservar o Programa INTERREG Espaço Atlântico

Carta aberta da Comissão Arco Atlântico da CRPM aos Estados-Membros atlânticos, ao Parlamento Europeu e à Comissão Europeia

A Comissão Arco Atlântico da CRPM (AAC) acompanha de perto o debate atual sobre o Quadro Financeiro Plurianual, o futuro da Política de Coesão e as negociações do Brexit. Nas suas Declarações anteriores, a Comissão Arco Atlântico defendeu a manutenção dos programas marítimo e territorial com incidência nas Regiões da Comissão Arco Atlântico. Tem prestado particular atenção à necessidade de manter o Programa INTERREG Espaço Atlântico no contexto pós-Brexit.

Este Programa tem dado provas de ser vital para as Regiões atlânticas por várias razões:

- Será essencial para manter os níveis atuais de cooperação com o Reino Unido e a Irlanda depois do Brexit;
- É o programa principal para a implementação da Estratégia para o Atlântico;
- Fomenta intercâmbios, que contribuem para aumentar a competitividade da economia marítima atlântica;
- Habilita as regiões a enfrentarem em conjunto os desafios que se apresentam na bacia marítima atlântica.

A negociação em curso da proposta legislativa INTERREG para o período de 2021 a 2027, os debates sobre a geografia dos programas futuros, bem como as negociações do Brexit, têm dado azo a enorme incerteza para as Regiões atlânticas e o programa dedicado ao Espaço Atlântico.

Através da presente carta aberta, a Comissão Arco Atlântico da CRPM apela aos Estados-Membros atlânticos, ao Parlamento Europeu e à Comissão Europeia no sentido de manter um Espaço Atlântico coeso na formulação dos futuros programas europeus, e garantir um nível de financiamento adequado.

1. No contexto do Brexit, o Programa Espaço Atlântico é essencial para manter o Espaço Atlântico coeso

Graças aos sucessivos programas europeus, incluindo Atlantis, INTERREG II C, INTERREG IIIB, INTERREG IVB e INTERREG VB, foram gradualmente desenvolvidas redes de intervenientes atlânticos. O Programa INTERREG Espaço Atlântico estreitou relações de confiança entre os intervenientes regionais, o que se reflete no número de candidaturas. O primeiro convite à apresentação de propostas para o período de programação de 2014-2020 recebeu 425 candidaturas. Esta cooperação duradoura está a ser desafiada pelo Brexit. O governo do Reino Unido ainda não decidiu se participará futuramente no Programa INTERREG, não obstante os 192 parceiros britânicos envolvidos no atual período de programação (20 % do FEDER do programa). Além disso, o Brexit isolará a Irlanda da comunidade atlântica. Assim, é de primordial importância que este instrumento, que beneficiou de uma sólida apropriação regional, seja mantido.

2. No caso de um Brexit sem acordo, os intervenientes atlânticos devem obter apoio para o período de programação de 2014-2020

No caso de uma saída sem acordo, os intervenientes envolvidos nos projetos INTERREG Espaço Atlântico, bem como os parceiros, podem vir a confrontar-se com compromissos financeiros não cumpridos do Reino Unido. A 30 de janeiro de 2019, foram propostas pela Comissão Europeia [medidas de contingência](#) na eventualidade de um cenário de saída sem acordo. Estas medidas garantiriam pagamentos em 2019 aos beneficiários britânicos de contratos assinados antes de 30 de março de 2019. Isto pressupõe que o Reino Unido não seria obrigado a honrar os seus compromissos financeiros em 2020. Os intervenientes atlânticos precisam de garantias de que podem continuar a desenvolver os seus projetos até 2020.

3. O Programa Espaço Atlântico é fulcral para a implementação da Estratégia para o Atlântico

90 % do financiamento do Programa Espaço Atlântico foi utilizado para financiar projetos que refletiam as prioridades da Estratégia para o Atlântico durante o período de programação de 2014-2020. A revisão da Estratégia para o Atlântico cria uma dinâmica de que o Programa Espaço Atlântico pode beneficiar. O Programa Espaço Atlântico deve continuar a ser um instrumento de implementação fundamental do Plano de Ação para o Atlântico.

4. O Programa Espaço Atlântico habilita as regiões a enfrentarem em conjunto os desafios com que a bacia marítima atlântica se debate

O Programa Espaço Atlântico tem sido vital para enfrentar os desafios transnacionais com que o Atlântico se debate. O Programa Operacional Espaço Atlântico articula-se em torno de quatro prioridades de extrema importância para todos os intervenientes atlânticos, designadamente, inovação e competitividade, eficiência de recursos, riscos territoriais, biodiversidade, património natural e cultural.

Foram aprovados projetos significativos no âmbito destes quatro domínios prioritários, que deram origem ao desenvolvimento de novas abordagens interessantes¹ para fazer face a desafios comuns, à tomada de medidas de preparação e à adoção de ações conjuntas que contribuíram para uma melhor elaboração de políticas, sobretudo no setor marítimo. Sem esta estrutura, fazer face aos desafios comuns seria muito mais árduo.

5. O Programa Espaço Atlântico tem sido instrumental para impulsionar a competitividade da economia marítima atlântica

O Programa Espaço Atlântico tem demonstrado o seu valor acrescentado no intercâmbio de boas práticas entre intervenientes regionais, o que habilitou a economia marítima atlântica a concretizar todo o seu potencial. Para além de utilizar mais racionalmente os recursos limitados, o Programa Espaço Atlântico ajudou os agregados a conjugar recursos e atrair promotores. Crucialmente, o Programa Espaço Atlântico também tem sido mais flexível do que outros programas da UE, nomeadamente no que respeita a requisitos e calendário. Isto é muito valioso quando se implementa um projeto de elevado risco, como a implantação de tecnologias marinhas renováveis na água².

¹Por exemplo, o **projeto ARCOPOL PLATFORM**, que decorreu entre janeiro de 2014 e junho de 2015, destinava-se a reforçar ainda mais a segurança marítima no Espaço Atlântico e a fortalecer a proteção das zonas costeiras da poluição marítima através da capitalização das melhores práticas. Dotado de um orçamento total de 1 584 989,39 €, permitiu às autoridades locais desenvolverem planos de contingência, intensificarem a sua capacidade de resposta a substâncias perigosas e nocivas, obterem instruções para a monitorização de derrames no Atlântico, e receber aconselhamento para o cálculo dos custos ambientais. Os resultados foram replicados noutras bacias marítimas, por exemplo durante o acidente de poluição marítima do Agia Zoni II no Mediterrâneo em setembro de 2017.

² O programa INTERREG Espaço Atlântico aprovou o projeto **BLUE GIFT** com financiamento da UE (2,5 milhões de euros de 2017 a 2020). Este projeto é emblemático da economia marítima atlântica porque envolve cinco locais de ensaio de tecnologias de energia marinha renovável na realização de testes na água para tecnologias eólicas flutuantes e das ondas e das marés.